



# A LUTA CONTINUA

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA | ANO VIII — N.º 2  
RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO, 117, 2.º • TELEFONE 36 97 77 • 1100 LISBOA | JANEIRO — 1984



# EDITORIAL

## EM QUEM APOSTA O GOVERNO PORTUGUÊS?

Os que há 23 anos se levantaram em Luanda, dando início à luta armada de libertação nacional, acertaram um profundo golpe no colonialismo e no inimigo comum dos povos irmãos de Angola e Portugal, na ditadura fascista. Era o princípio do fim do colonialismo. Entretanto, nestes 23 anos, por debaixo das pontes da História, muita água passou. Angola conquistou a sua independência. Em 1977 fundou-se em Luanda, o MPLA-PT, guiado pela ideologia do proletariado. Em Portugal foi derrubado o fascismo e o povo defende hoje as transformações que se operaram nos primeiros meses do processo revolucionário. Mas lamentavelmente, em Portugal, governo após governo persiste uma cega política de obstaculização das relações entre os dois países e Estados. À necessidade vital de Portugal diversificar as relações externas, no quadro das quais as relações com a RPA têm um papel importante, têm respondido os sucessivos governos com vários subterfúgios de indole «europeia» ou com barrocas intenções de princípios destinadas, por um lado, a atenuar a pressão da opinião pública nacional e, por outro lado, a lançar uma barreira verbal que lhe permitisse ocultar o verdadeiro sentido da política africana. É o caso deste governo PS/PSD. O real na política é a sua prática. E esta é inofismavelmente a de aumentar obstáculos sobre obstáculos na via da cooperação entre Portugal e Angola.

Ultimamente o descaramento das posições do governo são tão reluzentes que há quem se interroge: em quem aposta o governo português?

Em 1983 Mota Pinto afirmava no «American-Clube» que o relacionamento de Portugal com África, sobretudo com os novos países africanos, deveria ter como objectivo «conter a penetração marxista». Não há muito a acrescentar, sabendo-se que, em Angola e Moçambique, os partidos no poder se reclamam de marxistas. Apenas se chama à colação para se poder ter presente a «responsabilidade», o «tacto», de quem hoje é Vice Primeiro-Ministro. Jaime Gama declarou há dias ao «Jornal» que o facto da Petrogal ficar de fora no que toca à exploração de petróleo em Angola se dever à luta interna no MPLA PT. Talqualmente...

Pululam em Portugal conspiradores angolanos. João Paulo Guerra, em «O Diário», em artigo publicado no passado dia 18 de Janeiro, trazia à luz do dia importantes revelações sobre a conspiração anti-angolana. Vale a pena lê-lo. Uma equipa da RTP desloca-se à RPA e depois de aí se encontrar entrevista a UNITA, poucos dias antes da mais recente invasão sul-africana. É inacreditável, mas verdadeiro. Este facto poderia figurar na série da RTP, «Incrível».

Mário Soares recebeu em Dezembro «Pik» Botha, 1.º Ministro da África do Sul e, a avaliar pelos elogios com que aquele governante o prodigalizou, podemos ficar com uma ideia do que lhe deve ter sido dito.

«Pik» Botha elogiou o comportamento «socialista» de Soares e pô-lo em contraste com comportamentos de dirigentes conservadores europeus. Tudo dito.

O Sr Embaixador da RPA em Portugal, afirmou, ao DL em 6 de Janeiro de 1983, que as relações com Portugal estiveram à beira da ruptura e ninguém o desacreditou.

Este é o ponto em que nos encontramos no domínio das relações entre Portugal e a RPA.

Ao denunciarmos esta política e ao prosseguirmos o nosso combate pela remoção dos obstáculos que abram a via da cooperação entre os dois países e Estados, estamos seguros que é a nossa melhor maneira de comemarmos o «4 de Fevereiro».

Propriedade:

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE  
PORTUGAL - REPÚBLICA  
POPULAR DE ANGOLA  
R. Portas de St.º Antão, 117-2.º  
1100 Lisboa Tel. 36 97 77

Edição de:

Janeiro 1984

Composição, Impressão e Aca-  
mento:

Tipografia - Escola da ADFA  
R. Artilharia Um (Anexo do  
H.M.P.) Telefone 65 35 93  
1000 Lisboa

## SUMÁRIO

EDITORIAL	2
Comemorações do «4 de Fevereiro» no nosso País	2
Um abraço fraterno do povo Angolano	3
Amizade e Cultura de Mãos dadas no 8.º Aniversário da R. P. A. em Portugal	5
Saudações recebidas	5
Comunicado da APA	7
Evocação de Amílcar Cabral	7
IV Cimeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	8-9
Declaração final da IV Cimeira dos «Cinco»	8-9
José Carlos Ary dos Santos	10
«Apartheid»: Um crime contra a humanidade	11
Pepetela	12
Ruth Neto em Portugal	15

# COMEMORAÇÕES DO "4 DE FEVEREIRO" NO NOSSO PAÍS

## PROGRAMA

### Lisboa:

O Acto Central das Comemorações do 23.º Aniversário do Início da Luta Armada de Libertação em Angola terá lugar em Lisboa, no Salão Nobre do Palácio da Independência, cedido para o efeito pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pelas 21 30 horas do dia 3 de Fevereiro de 1984. Aí usarão da palavra o Embaixador da RPA França Van Dúnen, e Domingos Lopes, Vice-Presidente da APA.

### Coruche:

Com o patrocínio da Câmara Municipal de Coruche realiza-se nesta localidade uma Exposição sobre a realidade actual em Angola, que será acompanhada de um Ciclo de Cinema com diversas projecções programadas por todo o Concelho.

A Exposição será inaugurada às 17 horas do dia 4, em cujo acto usarão da palavra um representante diplomático angolano, o Presidente da Câmara, Carlos Alberto Gomes e Daniel de Matos, Presidente da Direcção da APA.

# UM ABRAÇO FRATERNAL DO POVO ANGOLANO

— ENTREVISTA COM O CAMARADA MOREIRA BASTOS VICE-PRESIDENTE DA LAASP

«Em nome da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos quero, em primeiro lugar, agradecer à Associação Portugal-Angola o amável convite que nos endereçou para participarmos nas celebrações alusivas ao aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola, a terem lugar em Portugal.

Igualmente agradeço a todos os portugueses, amigos de Angola, que por este Portugal fora se vão associar às cerimónias, manifestando assim a sua amizade ao heróico e amigo povo de Angola.

A todo o povo Português trago um abraço fraterno do povo Angolano.»

Pergunta: *Qual é, no seu entender, a importância das comemorações de mais um Aniversário da Independência da RPA?*

**M. B.:** O povo Angolano, de Cabinda ao Cunene, em torno da sua vanguarda revolucionária, o MPLA-Partido do Trabalho e do seu Presidente, Camarada José Eduardo dos Santos, vai celebrar mais um aniversário do histórico 11 de Novembro de 1975.

Como é de todos sabido, esta data pôs termo à longa era colonial a que o povo Angolano estava submetido e veio abrir novas perspectivas às relações de amizade e cooperação entre os povos de Portugal e de Angola. Também é do conhecimento geral que a heróica luta dos patriotas das então colónias portuguesas sensibilizou os jovens militares portugueses ao ponto de os levar ao levantamento de 25 de Abril de 1974, originando assim a queda do fascismo em Portugal e a abertura de novos horizontes para solução do problema colonial então existente.

Efectivamente, a 11 de Novembro de 1975, ainda sob o troar dos canhões inimigos, o saudoso Presidente, Camarada António Agostinho Neto, proclamou solenemente, perante a África e ao Mundo, o nascimento da República Popular de Angola. Com este significativo evento o Mundo viu nascer uma nação

gloriosa, disposta a lutar para a sua liberdade total, opondo-se determinantemente ao colonialismo e ao imperialismo.

Pergunta: *O imperialismo internacional, contudo, procurou desde sempre obstar a ascensão do Povo Angolano à Independência e a ser senhor do seu destino, construindo em paz a sociedade que livremente escolheu. Paralelamente, o heróico povo de Angola, sob a Direcção do MPLA - Partido do Trabalho, não só resiste às inúmeras agressões de que é alvo, como se empenha nas tarefas da reconstrução nacional...*

**M. B.:** Como era de esperar, a esta corajosa tomada de posição o imperialismo respondeu com a sua habitual brutalidade agressiva, agredindo a jovem nação, usando para isso a escória da humanidade: os racistas sul-africanos, mercenários e fantoches. A esta cobarde agressão, substanciada numa permanente guerra não declarada que nos é movida, o povo Angolano não tem outra alternativa senão defender intransigentemente o seu solo pátrio.

Passados que foram oito anos sobre o histórico 11 de Novembro de 1975, não obstante a situação de guerra permanente que vivemos, o que leva a encami-

nhar grandes recursos materiais e humanos para as tarefas de defesa, o povo Angolano pode vangloriar-se de ter alcançado significativas vitórias, nomeadamente nos campos político, económico e social.

Assim é que, simultaneamente às tarefas de defesa, o heróico povo Angolano continua entu-



siasticamente a participar nas tarefas da reconstrução nacional.

Guiados pela sua vanguarda, o MPLA-Partido do Trabalho, sabiamente dirigido pelo Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, os trabalhadores Angolanos saberão edificar uma pátria socialista, onde reinará a paz e a prosperidade.

Pergunta: *Como encara a actual ofensiva imperialista contra a libertação dos povos?*

**M. B.:** Temos vindo a assistir à degradação perigosa das relações internacionais. O imperialismo quer a todo o custo impor aos povos do Mundo a sua vontade. Provoca a corrida aos armamentos, fomenta guerras em várias áreas do nosso Globo, intervém directamente agredindo pequenos estados, desrespeitando todas as leis internacionais e morais.

Os povos amantes da paz e da liberdade devem opor-se determinantemente ao imperialismo impedindo que a lei da força seja instaurada e que prevaleça sem-

(Continua na pág. 15)

# Declaração final da IV Cimeira dos "Cinco"

## TIMOR - LESTE :

(Continuação da pág. 9)

Debruçando-se sobre a situação em Timor-Leste, os «Cinco» reiteraram a sua firme condenação ao regime da Indonésia pela invasão e ocupação do território de Timor-Leste, pelo genocídio que vêm levando a cabo contra o Povo Maubere, bem como pelo rompimento unilateral do cessar-fogo acordado com a FRETILIN em Lariuguto, a 23 de Março de 1983.

Os «Cinco» exigiram a retirada imediata e incondicional do exército indonésio e o fim das medidas restritivas impostas às organizações humanitárias internacionais pelo regime indonésio em Timor-Leste.

Por outro lado, os «Cinco» reafirmaram o seu total apoio à proposta de paz apresentada pela FRETILIN ao Governo indonésio e apelaram para a sua imediata aplicação.

Finalmente, ainda sobre Timor-Leste, os «Cinco» lançaram um apelo ao Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de levar a cabo o mandato que lhe foi atribuído pelo 37.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Por fim, «exortaram insistentemente o Governo-português a assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão de Timor-Leste para em conjunto com a Fretilin encontrar a justa solução do conflito.

in «Jornal de Angola»  
(Extractos)



ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS

## CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 do Artigo 29.º dos Estatutos da APA convoco a Assembleia Geral Ordinária para as 21 horas do dia 21 de Março de 1984, na Rua das Portas de Santo Antão, 117-2.º, em Lisboa, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Discussão e votação do Relatório e Contas de 1983 e do Parecer do Conselho Fiscal;
  - 2 — Programa de Acção para 1984.
- Lisboa, 1 de Fevereiro de 1984

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
**Levy Baptista**

# CIPRO

## Desenvolver é preciso.

Consultores internacionais em projectos de desenvolvimento:  
Arquitectos, Economistas, Engenheiros, Geógrafos, Sociólogos.  
Trabalhamos em Angola com a Emprojetos, U. E. E. e em Cabo Verde.

- Orgulhamo-nos de possuir vários prémios:  
• PRÉMIO VALMOR 81  
• PRÉMIO DIRECTOR DE EVORA  
• PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES DE EVORA
- Somos a Cipro, em Portugal, com um lema:  
Desenvolver é preciso.

Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 18-9º - 1000 Lisboa Portugal  
Telefs. 65 70 41 / 84 / 5 - 65 46 74 - Telex 15038 CIPRO P

CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.



# AMIZADE E CULTURA DE MÃOS DADAS NO 8.º ANIVERSÁRIO DA R. P. A. EM PORTUGAL

Mais um ano passou na vida dum jovem país. Com todas as vicissitudes dos primeiros passos, com todos os obstáculos de quantos pretendem que não aprenda a andar, Angola marcha, e de cabeça erguida, no caminho do progresso e do bem-estar.

O 8.º Aniversário não podia deixar de ser assinalado em Portugal por aqueles que nas horas boas e difíceis não declinam a amizade e a solidariedade para com o povo angolano. A nossa Associação promoveu algumas iniciativas que para além da intervenção política, se revestiram duma importante demonstração da Cultura de Angola, nas expressões musical e poética.

A Sessão Solene promovida em Lisboa e presidida pelo Dr. Levy Baptista, Presidente da MAG, contou com as intervenções do sr. Embaixador França Van Dúnen, do Vice-Presidente da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos, Camarada Moreira Bastos (ver entrevista na pág. 3) e do Presidente da Direcção Nacional, Daniel de Matos.

Esteve patente ao público uma mostra de quadros do artista plástico António Pimentel Domingues.

Na segunda parte assistiu-se a uma extraordinária exibição do grupo angolano «KITUXI», de música popular tradicional executada com instrumentos artesanais, e à declamação de poemas pela actriz Maria Dulce.

No Barreiro, o salão de «Os Penicheiros» encheu-se para um espectáculo com os grupos «KITUXI» e «OS KIEZOS», este também de música popular mas com outras características, com merengues e outros ritmos angolanos executados por instrumentos eléctricos e universais. Nesta Sessão, introduzida por Aliete Iria, da Direcção Regional da APA, usaram da palavra o Camarada Moreira Bastos, Daniel de Matos, o Sr. Cônsul da RPA no nosso país, Maurício Borges, e o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Helder Madeira.

Os dois grupos musicais angolanos participaram igualmente num espectáculo promovido pela Embaixada da RPA no Teatro S. Luís, ao lado do



Grupo de Teatro de Boleiros Angolanos em Portugal e da actriz Maria do Céu Guerra.

**DANIEL DE MATOS: «O Povo Português mostra-se sem vocação para que o seu país seja submisso a desígnios imperia- listas».**

«Em oito anos de Independência Angola vislumbrou inúmeras conquistas. O exercício do poder pelo Movimento de Libertação, MPLA, não se confinou em simples mudança de governantes. Traçaram-se objectivos claros para a independência total, operaram-se transformações sociais de inegável importância para todo o povo angolano. Oito anos de revolução! O Movimento, cumprido que estava o seu papel, deu lugar ao Partido de vanguarda. Oito anos de empenhamento na reconstrução nacional, na formação de quadros, na restauração de fábricas sabotadas, em importantes campanhas de vacinação, na alfabetização de cerca de um milhão de adultos, no acesso de todas as crianças à escolaridade, no estabelecimento da assistência médica e medicamentosa, na construção de estradas e de pontes — muitas delas destruídas pelo inimigo —, no combate ao desemprego,

no desenvolvimento da agricultura e da indústria, enfim, oito anos que marcaram etapas decisivas na transformação da sociedade angolana. Todavia foram oito anos de sacrifícios. Este jovem país vê tolherem-se-lhe os primeiros passos com as constantes investidas criminosas do regime de Pretória — apoiado pela administração norte-americana —, sendo obrigado a dispender mais de metade das suas energias e recursos na defesa do seu território.»

Na intervenção que fez em nome da APA, o Presidente da Direcção Nacional acrescentaria:

«O regime de Pretória treina mercenários e homens-de-mão — como os do grupo fantoche da UNITA — que pretendem espalhar o terrorismo noutras parcelas do território soberano de Angola.

Este bando de terroristas, responsável pelo rapto de cooperantes — entre os quais vários portugueses — incluindo mulheres e crianças, responsável pelo rapto de religiosos e por tantos outros crimes, movimentou-se em Portugal perante a passividade das autoridades competentes, o que constitui uma grave e descarada ingerência nos assuntos internos dum país irmão,

(Continua na pág. seguinte)

## SAUDAÇÕES RECEBIDAS

Várias organizações fizeram chegar Mensagens de Solidariedade ao Presidente José Eduardo dos Santos, ao MPLA-Partido do Trabalho, ao Governo da RPA e ao Povo Angolano.

Por falta de espaço não é possível transcrevê-las neste Boletim, pelo que apenas mencionamos a sua proveniência, por ordem de chegada:

Associação 25 de Abril (Por-

tugal), Sindicato das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul e Ilhas, Associação Portugal - Moçambique, Mundirama, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Lisboa, Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal, a Juventude Socialista (Deputados da JS e o Secretariado Nacional) Associação Portugal-Cabo Verde, Federação Portuguesa da s

Colectividades de Cultura e Recreio, União dos Sindicatos de Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores, o Secretariado Nacional do MDP-CDE, Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, Federação dos Sindicatos das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca e Sindicato dos Metalúrgicos da Zona Sul.

# Amizade e Cultura

(Continuação da pág. anterior)

estatizada, controlado pelo Governo, garante páginas e páginas, e longos tempos de antena à propaganda anti-angolana.

Esta situação é incompatível com o aprofundamento das relações Estado a Estado, que deve processar-se de acordo com as normas estabelecidas internacionalmente, com base no respeito mútuo, na reciprocidade de vantagens, na não ingerência nos assuntos internos de cada Estado. O povo português assim o tem reclamado, mostrando-se sem vocação para que o seu país seja submetido a desígnios imperialistas. E é com alguma consternação que vemos que, oito anos após a Independência de Angola, se mantém as dificuldades do lado português, porventura as mesmas que fizeram com que Portugal fosse dos

últimos países do mundo a reconhecer a RPA.»

## EMBAIXADOR FRANÇ VAN DÚNEN: «MPLA-PT não atacou ninguém»...

O Embaixador da RPA em Portugal, Fernando França Van Dúnen, proferiu um importante improviso, no qual explanou detalhadamente as consequências da guerra não declarada que é movida pelos racistas sul-africanos. «O MPLA-PT não atacou ninguém! — salientou. — Esperávamos um melhor estado de paz e carinho para os nossos filhos. Em vez disso, muitos deles não tiveram por berço outra coisa que as crateras dos obuses e por brinquedos as cápsulas dos projecteis disparados pelo inimigo. Foram obrigados a passar da infância para a idade adulta, porque assim o quis o imperialismo».

Sobre a cooperação entre Portugal e Angola França Van Dúnen referiu que a mesma deveria passar por «um diálogo frutuoso entre ambas as partes».



A situação que se vive na RPA e a superação de certas dificuldades, justificam «um empenhamento de Portugal ao nosso lado, que seria um encorajamento e uma garantia de sucesso», com o qual se proclama o estabelecimento de relações preferenciais e exemplares de cooperação.»

## RACISTAS FORA DE ANGOLA! FANTOCHES FORA DE PORTUGAL!

«É cada vez mais urgente a adopção de medidas. Não bastam palavras, promessas vãs! Ainda há cerca de 15 dias, nas proximidades da Embaixada Angolana em Lisboa, assistimos a mais uma provocação que consistiu numa conferência de imprensa de grupelhos sem qualquer representatividade no país de que se reclamam. O ministério da Administração Interna declarou proibir a Conferência, mas as forças policiais mais pareceram proteger os provocadores do que impedir a sua realização. Por conviência? Por incompetência? o que é certo é que a comunicação social



# DISEPAL

DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO E PAPÉIS, LDA.

- \* MOBILIÁRIO METÁLICO E DE MADEIRA PARA ESCRITÓRIOS
- \* SECRETÁRIAS
- \* CADEIRAS
- \* ESTANTES

- \* ARQUIVOS
- \* ARMÁRIOS
- \* VESTIÁRIOS
- \* FICHEIROS

EXPOSIÇÃO E VENDAS — Travessa Giestal, 52 — 1300 LISBOA

Telefones 64 69 96 - 64 77 34

PUB.

# COMUNICADO DA APA

## 1 — A INVASÃO DE ANGOLA

Uma gigantesca acção de propaganda está em marcha fazendo crer à opinião pública internacional que os racistas sul-africanos se estão a retirar do território soberano de Angola. Tal campanha tem tido particular relevo em Portugal, onde a generalidade dos órgãos de comunicação social vai ao ponto de «informar» que a invasão de Angola durou «apenas seis semanas!» Como se a província do Cunene não estivesse ocupada pelos racistas desde Agosto de 1981, como se alguma vez tivessem cessado os crimes de Pretória e dos seus mercenários contra o povo angolano, desde que este ascendeu à independência!

O desenrolar dos acontecimentos desde Novembro de 1975 é suficiente para desacreditar tais teses. Há muito que deu o que tinha a dar o estafado argumento da «perseguição a quente» aos combatentes da SWAPO: prevarica as normas do direito internacional e é, antes de mais, um falso argumento. A África do Sul assassina e destrói povoações inteiras onde não existem sequer campos de refugiados da Namíbia. A constante prática de genocídio pelo regime do «apartheid» incide sobre os direitos e conquistas do povo angolano e dos povos de África Austral, tentando impedir que sejam donos dos seus próprios destinos.

## 2 — A CONDENAÇÃO INTERNACIONAL

A comunidade internacional, através dos mais diversos órgãos, tem condenado de forma clara e siste-

mática esses crimes e reivindicado a retirada imediata e incondicional dos racistas do solo pátrio angolano, bem como a independência da Namíbia, mediante a aplicação de várias Revoluções da ONU. O Papa João Paulo II acaba de defender igual procedimento.

## 3 — A COMPLACÊNCIA DO GOVERNO PORTUGUÊS

Paralelamente a esta convergência mundial de pontos de vista, — pese embora a abstenção natural do imperialismo norte-americano — e contrariamente ao procedimento doutros Órgãos de Soberania, o Governo português figura internacionalmente como destacado aliado objectivo dos inimigos de Angola. O Primeiro-Ministro Mário Soares, que em relação à RPA inscreveu na história das suas passagens pelo Governo páginas que envergonham Portugal, recebeu de braços abertos o ministro racista «Pik» Botha, precisamente no despoletar da mais recente ofensiva sul-africana; mais do que durante a vigência de qualquer outro Governo permite-se agora o prosseguimento, em território nacional, de actividades hostis à RPA. A imprensa estatizada, com destaque para a RTP, desce já à mais baixa provocação: além de veicular sobre Angola exclusivamente as versões dos racistas e dos seus funcionários da UNITA / FNLA, deambula unha com carne nas suas romagens farisaicas com tais fantoches.

Um editorialista frustrado arenga o seu conhecido ódio pelas autoridades angolanas, à custa dos dinheiros públicos e em nome da li-

berdade de «informar»: a escrevinhação é transcrita na íntegra pelo semanário do Partido de Mário Soares, apresentada como (sic) «lúcido e pertinente artigo de fundo... pela sua oportunidade e clareza»!...

## 4 — RACISTAS FORA DE ANGOLA! FANTOCHES FORA PORTUGAL!

Há muito que a Associação de Amizade Portugal-R. P. Angola vem advertindo que esta política não serve os interesses nacionais, cria justificados entraves à cooperação luso-angolana. O exemplo recente da Petrogal e a apreensão de muitos empresários vêm confirmar a nossa posição. A política paternalista duma «commonwealth» à portuguesa está condenada ao fracasso: só o respeito pela soberania dos outros povos serve a nossa própria independência.

O nosso país não está vocacionado para ser o Cavalo de Tróia de interesses alheios. As simpatias que Mário Soares objectivamente evidencia pela UNITA e quejandos, actuando como actua, não se compadecem com a dignidade que deve imperar na política externa portuguesa. Uma política de cooperação com África só é possível na base da igualdade, vantagens recíprocas, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de cada Estado. Só pode haver confiança na cooperação estatal portuguesa dando combate aos inimigos de África, condenando de facto os crimes grosseiros de Pretória e rejeitando guarda a grupelhos fantoches e às suas actividades conspirativas.

A DIRECÇÃO NACIONAL

Lisboa, 16 de Janeiro de 1984

# EVOCAÇÃO DE AMÍLCAR CABRAL

No passado dia 20 de Janeiro, 11.º Aniversário do seu assassinato, foi evocada a Vida e Obra de Amílcar Cabral na Sede da APA.

A Sessão foi promovida pelas Associações da Amizade com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, e teve como principal orador o Dr. Fernando Piteira Santos, director-adjunto do «Diário de Lisboa».

Entre outros, estiveram presentes representantes diplomáticos da Guiné-Bissau e de Cabo

Verde, bem como o Embaixador de S. Tomé e Príncipe em Lisboa.

A Sessão encerrou com a participação do grupo musical de Cabo Verde, MORABEZA.

**NÓS FAREMOS DE ANGOLA A PÁTRIA DOS TRABALHADORES E A REVOLUÇÃO CONTINUARÁ A SUA MARCHA TRIUNFAL AO LADO DOS POVOS QUE SEGUEM O MESMO CAMINHO.**

**Camarada Presidente Dr. Agostinho Neto**

**HONRA E GLÓRIA AO GUIA IMORTAL DA REVOLUÇÃO ANGOLANA**



# IV CIMEIRA DOS PAÍSES AFRICANOS

No acto do encerramento da IV Cimeira dos Chefes de Estado Africanos de Língua Oficial Portuguesa, o Presidente José Eduardo dos Santos, proferiu, em nome dos seus colegas de Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, palavras de agradecimentos e apreço pelo acolhimento fraterno que a população de Bissau tributou aos quatro presidentes, ambiente que possibilitou, segundo as palavras do Chefe de Estado angolano, que os trabalhos da Cimeira decorressem da melhor maneira. No seu discurso, o Presidente José Eduardo dos Santos focou ainda alguns problemas que afligem os cinco países, de cuja solução depende o reforço e aprofundamento das relações entre os «Cinco» nos mais diversos domínios. Eis o texto integral do discurso:

«Sua Excelência o Presidente da República da Guiné Bissau, distintos Chefes de Estado de Cabo Verde, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe.

Camarada,

Senhoras e Senhores

Durante alguns dias a cidade de Bissau foi centro das atenções dos nossos povos e de todos aqueles que no mundo seguem com interesse a evolução da situação política do nosso Continente.

Ilustres representantes de Angola, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique, analisaram mais uma vez os problemas mais prementes que afectam os respectivos povos e estabeleceram a concertação necessária para a adopção de posições políticas comuns.

A generosa população desta cidade, em representação do

povo da Guiné-Bissau, mostrou-se à altura deste importante acontecimento, tributou-nos uma fraterna e calorosa recepção e exprimiu com muito carinho e alegria os seus sentimentos de amizade e a sua tradicional hospitalidade a todos os delegados.

A nossa breve estadia nesta Capital permitiu-nos não só sentir o calor revolucionário e humano do povo guineense, mas também conhecer alguns aspectos importantes da sua vida. Com elevado interesse visitamos a exposição fotográfica que nos recordou passagens brilhantes da história da Luta de Libertação; com imenso prazer ouvimos as canções e a música, vimos maravilhosas peças de artesanato e belas danças do vosso povo executadas por jovens artistas, que testemunham os esforços empreendidos na valorização da cultura popular.

Constatamos com apreço o esforço que tiveram de desen

volver para que fosse possível realizar esta Cimeira. Aliás, sem as condições materiais e técnicas que criaram não teria sido possível terminar hoje com êxito os nossos trabalhos.

A síntese de tudo o que vimos e ouvimos traduz a determinação do vosso povo em vencer as dificuldades actuais para edificar, sob a direcção do seu Partido de Vanguarda e do Camarada Presidente Bernardo Vieira, uma sociedade de paz e progresso que garanta a felicidade de todos os cidadãos.

A deslocação ao mausoléu constituiu para todos nós um momento mais alto de evocação da memória do imortal AMILCAR CABRAL e de todos os heróis que deram as suas vidas ou se sacrificaram para que a Guiné fosse livre e soberana. Nessa ocasião recordamos também os seus companheiros de armas, EDUARDO MONDALE e AGOSTINHO NETO, cujo legado revolucionário nos inspira a confiança na luta contra o nosso inimigo comum e nos orienta tanto na busca de soluções para os imensos problemas que nos afligem como na consolidação da nossa unidade de pensamento e de acção.

Os resultados já obtidos mostram que seria errado deixar perder na história a experiência comum de um passado recente em que coordenamos a nossa acção através da CONCP para libertarmos as nossas pátrias do

— A declaração final, durante a sessão solene de encerramento da Quarta Cimeira dos «Cinco», sublinha que a reunião decorreu num momento particularmente difícil da conjuntura internacional, caracterizada por uma crise sem precedentes com efeito nefasto sobre a situação política, económica e social dos países em desenvolvimento, em especial sobre a situação dos cinco países, não obstante a múltiplas tentativas com vista a encontrar soluções para os principais problemas mundiais.

Como refere a declaração final, os cinco Chefes de Estado congratularam-se pela maneira como têm vindo a desenvolver-se as relações privilegiadas de cooperação multiforme entre os seus países após o seu acesso à independência, bem como pela vontade inequívoca de cada um dos cinco Estados em velar por uma maior concretização das acções

de cooperação nos diversos domínios.

Em outra passagem da declaração foi sublinhado que a conferência focou, uma vez mais, a importância da utilização da língua portuguesa nas organizações internacionais como língua de trabalho. Assim, os Chefes de Estado manifestaram o seu apreço pelos significativos passos já da-

## Declaração final

dos no sentido da efectivação das recomendações emanadas a este respeito, na última cimeira, bem como pela receptividade demonstrada por Portugal, pelo Brasil e pela UNESCO.

Segundo a declaração final, ao proceder à análise da situação internacional, os cinco Chefes de Estado dedicaram uma atenção especial à África-Austral. Neste contexto—sublinha o documento—reafirmaram que a situação «explosiva prevalece nessa região constitui um perigoso foco de tensão que ameaça gravemente a paz e a segurança internacionais».

jugo colonial. Esta excelente experiência adaptada à novas condições dos nossos países começa a dar os seus frutos e demonstra que os seus forjadores estavam de facto no caminho certo. Ao terminarmos a nossa IV Cimeira podemos concluir que as perspectivas do nosso trabalho são cada vez melhores.

A institucionalização de mecanismos de cooperação multilateral em vários domínios que temos efectuado desde a proclamação das nossas independências, tem permitido aprofundar a discussão dos problemas comuns que enfrentamos, na base de grande compreensão mútua e espírito militante e encontrar as soluções adequadas que garantam o reforço dos laços tradicionais de amizade e solidariedade entre os nossos povos.

É justamente em torno da solução dos problemas concretos que os nossos países vivem nos domínios políticos, militar, económico, social, cultural e outros que, estou certo, continuaremos a cimentar a nossa unidade na luta por uma cooperação mutuamente vantajosa e exemplar e pela paz e progresso social dos nossos povos.

Em todas as fases de luta as consultas políticas, troca de experiência e a harmonização de pontos de vista sobre a tática e estratégia para fazer face aos ataques de inimigos comuns foram meios que reforçaram a solidariedade recíproca de combate



e o nosso espírito internacionalista e levaram-nos a alcançar êxitos sobre o colonialismo e o imperialismo.

Não foi apenas a língua oficial comum, a cor da pele ou a cultura africana que nos uniram no âmbito da CONCP. Não são apenas estes factores que nos unem também hoje. Foram os princípios políticos e uma actuação prática comum que tornaram possível o papel coordenador da CONCP na luta vitoriosa que travámos contra o colonialismo português. São também os princípios políticos idênticos aplicados à

realidade concreta de cada um dos nossos países, hoje que constituem a base dos mecanismos de cooperação que estamos montando para coordenar acções e concertar políticas no combate contra os vestígios do colonialismo e na resolução dos problemas do subdesenvolvimento.

Temos consciência que os nossos países estão inseridos em contextos regionais diferentes vivendo os problemas específicos das suas áreas respectivas. Po-

(Continua na pág. seguinte)

## o final da IV Cimeira dos “Cinco”

Os Chefes de Estado «exprimiram a convicção de que o responsável por esta situação é o regime racista e minoritário da África do Sul que ocupa ilegalmente a Namíbia, executa a política desumana do «apartheid», agride e desestabiliza os países independentes e soberanos da região».

Em relação à Namíbia, os Chefes de Estado dos «Cinco» — refere a declaração final — «exigiram a implementação imediata e incondicional da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU e o plano pela contida para a independência deste

território, como a única base para a solução pacífica do conflito».

Por outro lado, acrescenta a declaração. «reiteraram a sua rejeição à absurda ligação ou paralelismo entre a independência da Namíbia e a retirada das forças internacionalistas cubanas do território soberano da República Popular de Angola, o que constitui uma inaceitável ingerência nos assuntos internos da República Popular de Angola».

Os Chefes de Estado dos «Cinco», consideraram, ainda, que «essa ligação é um obstáculo deliberadamente levantado

no já amplo leque de pretextos ilegítimos avançados pelo regime racista de Pretória, em cumplicidade com os seus principais aliados, com vista a impedir a libertação deste território, permitindo deste modo actividade ilícita de interesses estrangeiros e a pilhagem das riquezas e recursos naturais da Namíbia».

Ainda no que diz respeito à Namíbia, os «Cinco» manifestaram o seu apreço pelos esforços dispensados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, tendentes ao alcance da independência do território.

(Continua na pág. 4)

# IV CIMEIRA

(Continuação da pág. anterior)

rém, os princípios políticos que nos ligam são mais fortes do que a geografia que nos separa.

Angola e Moçambique, por exemplo, que se encontram na África Austral, numa das áreas mais tensas no Globo, estão sujeitos a uma guerra de agressão não declarada movida pelo regime racista da África do Sul e encorajada sobre todos os aspectos por algumas potências ocidentais, não podendo por isso desfrutar ainda da paz necessária para a Reconstrução Nacional.

Nessa guerra a África do Sul racista comete actos de agressão, utilizando o seu exército regular e os bandos fantoches que treina militarmente, arma, munição e transporta para levar a cabo acções de terrorismo e banditismo contra as populações civis, e destruir as infraestruturas e objectivos económicos. Com essas acções agressivas, regime racista de Pretória pretende impedir ou dificultar a organização da vida dos nossos territórios e demonstrar diante da opinião pública internacional uma aparente incapacidade dos nossos Partidos para resolvermos os problemas da Reconstrução Nacional e provocar o descontentamento do povo, a subversão com a intenção de aniquilar a Revolução e exercer o seu domínio político e económico sobre os nossos povos.

Para fazermos face à guerra de agressão que nos é imposta, somos obrigados a desviar uma grande parte do nossos recursos financeiros e da força de trabalho para o reforço da nossa capaci-

dade defensiva. Se esses recursos pudessem ser canalizados para a resolução de problemas, com certeza haveria uma melhoria significativa das condições de vida dos nossos povos e uma maior participação nos projectos de cooperação económica com outros países do nosso Continente.

Temos manifestado sempre o nosso desejo de paz, pois que fazemos a guerra para nos defendermos de uma guerra injusta e imposta. Nesse sentido, não temos regateado esforços e desenvolvemos acções diplomáticas concretas na procura de uma solução justa para o problema da Namíbia, na base da Resolução 435 e para a abolição do apartheid.

Temos consciência de que a paz e o desenvolvimento económico na África Austral estão intimamente ligados. A guerra é o principal obstáculo a vencer, para que os nossos povos possam em toda a plenitude trilhar os caminhos do desenvolvimento e do bem-estar.

Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau, muito embora não se vejam confrontados com qualquer conflito armado, têm que fazer face às calamidades naturais, como a seca que constitui uma séria dificuldade e à pesada herança do passado colonial que tem condicionado fortemente a concretização dos seus programas económicos.

Apesar destes problemas difíceis que afligem os nossos países, encaramos o futuro com optimismo, temos confiança na determinação e na força dos nos-



so povos e estamos certos que sob a direcção das suas vanguardas políticas, alcançaremos novos êxitos e vitórias sobre o imperialismo, neocolonialismo e o apartheid.

Suas Excelências os Presidentes das Repúblicas de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Agradeço a honra que me concederam para, em vosso nome e no meu próprio, pronunciar palavras de reconhecimento e apreço a Sua Excelência o Presidente da República da Guiné Bissau, ao heróico povo guineense e ao seu Partido, pelas condições criadas que nos permitiram passar momentos de alegria e de trabalho frutuoso em prol da nossa causa comum. Desejo votos ardentes de êxito e prosperidades ao Povo Irmão da Guiné Bissau.

**VIVA A AMIZADE E A SOLIDARIEDADE ENTRE OS NOSSOS CINCO POVOS!**

**VIVA O POVO DA GUINÉ BISSAU!**

**VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!**

**A LUTA CONTINUA!**

**A VITÓRIA É CERTA!»**



## José Carlos Ary dos Santos

Os Poetas — diz-se — não morrem. Se abandonam o nosso convívio, — os Poetas dignos desse nome, — fica-nos a mágoa no peito, fica um vazio que não se pode preencher. Resta, porém, a obra. E a saudades de quem permanece vivo.

Ary dos Santos foi um amigo de Angola. Um companheiro nosso que tantas vezes colaborou em iniciativas da APA. Em 25 de Abril de 1979 esteve em Luanda a comemorar a data histórica. Levou o Amor e a Solidariedade nos seus poemas.

Dele publicámos, em número anterior, um poema dedicado a outro grande poeta: Agostinho Neto.

Ary deixou-nos. Ficou a obra, o Poeta, o exemplo, o vazio, a mágoa. Ficaram «as portas que Abril abriu» como só ele sabia dizer.

# “APARTHEID”:

## Um crime contra a humanidade

### O QUE É O APARTHEID?

O «apartheid», palavra afrikander que significa «separação», é o nome dado pelo Governo sul-africano ao seu sistema de segregação racial, de opressão e de exploração. Este sistema permite aos brancos, que representam menos de um quinto da população, dirigir os assuntos da República.

No regime de «apartheid», a liberdade de movimentos e os direitos políticos e sócio-económicos da população não branca são consideravelmente limitados. Oitenta e sete por cento do território é reservado à minoria branca. Os africanos são mantidos à parte, pela força; as reservas onde têm de viver representam menos de 13 por cento da superfície do território, correspondendo às zonas menos produtivas.

O «apartheid» está na base da estrutura económica e política da África do Sul. As empresas industriais e comerciais, que na sua maioria estão nas mãos de brancos ou de estrangeiros, tiram vantagem do «apartheid»; elas conseguem lucros enormes graças à exploração dos africanos desprovidos das suas terras e dos seus recursos naturais, que se cansam a trabalhar por salários de miséria, constituindo mão-de-obra barata, de que depende a economia do país.

Os brancos praticam uma política de segregação racial desde que os Afrikanders de língua holandesa e os elementos de língua inglesa se uniram para formar a União da África do Sul, em 1910. Em 1948, quando o Partido Nacional tomou o poder, o «apartheid» tornou-se a política oficial. Os dirigentes deste partido alegaram que era preciso separar as raças e reduzir ao mínimo os seus contactos, para evitar conflitos, garantir a cada um dos grupos um «desenvolvimento separado» e perpetuar a autoridade e o domínio dos brancos sobre as «raças não brancas que se encontram num degrau inferior de civilização».

M. Hendrik F. Verwoerd, ex-Primeiro Ministro da África do Sul, afirmou em 1963 no Parlamento: «Reduzido à sua expressão mais simples, o problema só se pode apresentar na seguinte forma: esperamos manter a África do Sul branca... Mantê-la

branca só pode significar uma coisa, ou seja, garantir o domínio dos brancos, não a sua «directão», nem a sua «tutela», mas o seu «comando», a sua «supremacia».

### A ÁFRICA DO SUL PRETENDE ALARGAR O REGIME DE APARTHEID PARA LÁ DAS SUAS FRONTEIRAS?

Sim. Em lugar de se retirar da Namíbia, colocada sob a autoridade das Nações Unidas até se concretizar a sua independência, a África do Sul continua a administrar o território — onde os 1 500 000 africanos são quinze vezes mais numerosos do que os brancos — como se este lhe pertencesse. Tem inclusivamente intensificado os seus esforços para aplicar a mesma política de segregação tribal e racial que exerce no seu próprio território.

O mandato que a África do Sul exercia sobre a Namíbia e que fora outorgado pela Sociedade das Nações, atingiu o seu termo em 1966, de acordo com uma decisão da Assembleia Geral. A Assembleia e o Conselho de Segurança, com o apoio do Tribunal Internacional de Justiça, exigiram que a África do Sul se retire da Namíbia e que se realizem eleições livres, sob a supervisão e o controle das Nações Unidas, para conduzir a Namíbia à independência.

A África do Sul foi igualmente acusada pelos organismos das Nações Unidas de ameaçar a segurança dos Estados africanos vizinhos, que ela acusa de apoiarem os movimentos de libertação.

### COMO CLASSIFICA O GOVERNO SUL AFRICANO A POPULAÇÃO?

Na África do Sul, cada indivíduo é classificado segundo a sua raça, e de acordo com essa mesma classificação é inscrito no registo da população.

Os quatro principais «grupos raciais» são designados da seguinte forma:

— «brancos» ou seja pessoas de ascendência europeia;

— africanos ou «bantús», ou seja membros de «qualquer raça ou tribo aborígine de África»;

— «asiáticos», ou seja pessoas de origem asiática (na sua maioria indianos e paquistaneses); e

— «pessoas de cor», que designam principalmente pessoas de ascendência mista, mas que também incluem grupos especiais tais como malaios do Cabo.

De acordo com os números de 1980, a composição étnica da população é a seguinte:

Africanos .....	22 500 000
Brancos .....	4 400 000
Pessoas de cor .....	3 000 000
Assiáticos .....	880 000
Total .....	30 780 000

O sistema de classificação racial de um indivíduo reveste-se da maior importância na África do Sul, já que os direitos e as liberdades de cada um são determinados segundo essa mesma classificação.

É ela que determina onde poderá habitar uma pessoa não branca, a vida que poderá levar, o ofício que poderá exercer, a educação que irá receber, os direitos políticos de que eventualmente possa gozar, com quem se poderá casar, a que instituições sociais, culturais e recreativas terá acesso e, numa maneira geral, qual será a sua liberdade de acção e de movimentos.

Nos termos da Lei de Registo da População de 1950, todo o indivíduo com mais de 16 anos deve trazer consigo um cartão de identidade racial, que deve mostrar sempre que lho pedirem.

A lei de 1962 relativa aos Bantús (Bantu Act) prevê que todo o africano com mais de 16 anos deve trazer consigo uma «cadermeta», documento com cerca de 90 páginas, onde figuram o seu cartão de identidade, digitais, fotografia, certificados de trabalho, recibos de impostos e autorizações para estar numa zona determinada e viajar à procura de emprego. Um africano incorre em delito se não circular com a sua «cadermeta».

O sistema de «leis de passes» é a chave de administração do «apartheid» e do controlo da mão-de-obra. Mais de 13 milhões de africanos foram condenados por terem infringido aquelas leis desde que o Partido Nacional subiu ao poder em 1948.

(Extraído de um documento da ONU)

# PEPETELA

LITERATURA ANGOLANA É TODA AQUELA  
QUE SE IDENTIFICA COM A LUTA DO POVO

(Extraído de «O Diário»)

## O NARRADOR SOU EU, O COMISSÁRIO POLITICO

«A morte de Sem Medo constituiu para mim a mudança de pele dos vinte e cinco anos, a metamorfose. Dolorosa, como toda a metamorfose. Só me apercebi do que perdera (talvez o meu reflexo dez anos projectado à frente), quando o inevitável se deu.

Sem Medo resolveu o seu problema fundamental: para se manter ele próprio, teria de ficar ali, no Mayombe. Terá nascido demasiado cedo ou demasiado tarde? Em todo o caso, fora do seu tempo, como qualquer herói de tragédia.

Eu evoluo e construo uma nova pele. Há os que precisam de escrever para despir a pele que lhes não cabe já. Outros mudam de país. Outros de amante. Outros de nome ou de penteado. Eu perdi o amigo.

Do coração do Bié, a mil quilómetros de Mayombe, depois de uma marcha de um mês, rodeado de amigos novos, onde vim ocupar o lugar que ele não ocupou, contemplo o passado e o futuro. E vejo quão irrisória é a existência do indivíduo. É, no entanto, ela que marca o avanço no tempo.

Penso, como ele, que a fronteira entre a verdade e a mentira é o caminho do deserto. Os homens dividem-se dos

dois lados da fronteira. Quantos há que sabem onde se encontra esse caminho de areia no meio da areia? Existem, no entanto, e eu sou um deles.

Sem Medo também o sabia. Mas insistia em que era um caminho no deserto. Por isso se ria dos que diziam que era um trilho cortando, nítido, o verde do Mayombe. Hoje sei que não há trilhos amarelos no meio do verde.

Tal é o destino de Ogun, o Prometeu africano.

— oOo —

Assim termina **Mayombe**, esse surpreendente e apaixonante romance, que muitos consideram baliza na literatura angolana, isto é: o traço ou o trilho que marca o antes e o depois de Mayombe. Mayombe é, como já vi impresso, um romance cinematográfico, e também um romance que o cinema não pode perder.

Podem ser exagero no que se afirma, mas exacto é que **Mayombe** é, como aliás, para nós, o foi **As Aventuras de Ngunga**, uma meta de chegada e um tiro de partida.

Aliás, o livro pertence a um dos períodos mais ricos da extensa bibliografia da ficção angolana. Com efeito, durante a época de 70, para além de Pepetela — uma brilhante carreira de escritor de grande qualidade — surgiram nomes como Manuel Rui, Rui Rui Duarte de Carvalho, Uahenga Xitu, Manuel Pedro Pacavira, José de Freitas, o poeta e etnólogo Armino Barbeitos, e outros. Claro que não estamos a esquecer o nome de Luandino... de maneira nenhuma. Ele pertence, no entanto, a outra geração, a do **Jornal Cultural**.

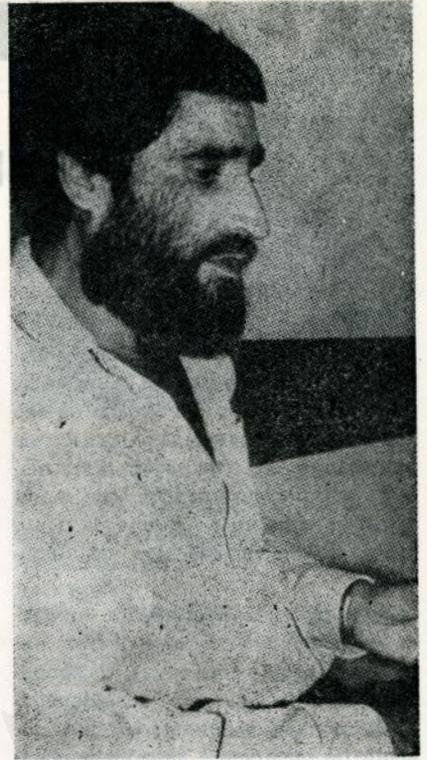
Com Pepetela falámos recentemente, quando da sua vinda a Lisboa, integrado na delegação de Angola ao Congresso sobre Língua Portuguesa.

São de Pepetela as seguintes palavras inseridas na contracapa de «A Revolta da Casa dos Ídolos» — Edições 70:

«(...) Pode ser exagero — é caso para se discutir — mas afirmo que não há, não pode haver, a criação de um país verdadeiramente independente uma literatura nacional própria, que mostre ao povo aquilo que o povo sempre soube: isto é, que tem uma identidade própria».

Arlindo Barbeitos, outro membro da delegação angolana àquele congresso, deixa em «Nzaji» uma advertência: «A recolha aqui apresentada leva o nome de Nzaji (Sonho, em quimbundo) porque os poemas nela contidos reflectem simultaneamente a esperança de um passado ainda recente e a visão de um futuro que ora começa». A esperança do passado recente que animou a luta de libertação, e, conseguida a independência, a luta por tudo aquilo por que se lutou.

Todas estas transcrições vêm um pouco a propósito da conversa que tivemos com Pepetela, sobre «crioulidade», realismo mágico, realismo socialista, culturas africanas, literaturas africanas determinados padrões que con-



tinuam vivos, experiência pessoal de cada escritor e do suposto vivido, sobre o neo-realismo («a forma literária e ideológica em que se vazou o projecto interperosual de uma geração que considerou como seu dever primeiro intervir, pelo modo que lhe era possível, no aceleramento de um processo histórico»), neo-realismo de que Luandino tem influências, sobretudo no livro «A Cidade e a Infância»; falámos sobre o processo narrativo oral popular, o aspecto lexical e sintáctico de determinadas obras (histórias típicas do contexto tradicional africano — Jofre da Rocha «Assim se fez madrugada»), etc.

Enfim, para nós reivindicamos o erro de algumas perguntas feitas, para Pepetela clareza nobilitante das respostas dadas. Digamos, ainda, como nos referiu Pepetela, que, em Angola nascem constantemente — nascem e morrem — novos termos mas a verdade é que outros vingam na literatura, porque só eles dão conta do mundo de valores e crenças que rodeiam o povo.

## ESCRITA E ORALIDADE

«Enformada num substrato cultural de remotas origens, a que a tradição oral e a expressão linguística portuguesa deram voz por dilatado período, a literatura angolana parte hoje, por diversas e experimentadas vias, ao encontro da identificação com a personalidade cultural do seu povo». A transcrição faz parte da apresentação de uma colecção de livros de autores angolanos, no caso trata-se de «Gente do Mato», de Pacavira.

Em tempos a revista «África» transcrevia uma notícia do **Jornal de Angola**, em que se dizia que seis línguas nacionais com maior difusão etnográfica na República Popular de Angola iam passar a contar com os respectivos alfabetos cuja elaboração obedecia a um estudo sistematizado e científico. Este facto respondia a uma das preocupações emanadas do I Congresso do MPLA em ordem a valorizar como inesgotável meio de

(Continua na pág. seguinte)

## PEPETELA

Pepetela é o nome literário do escritor Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. Nascido em Benguela a 29 de Outubro de 1941, esteve em Portugal para frequentar o Instituto Superior Técnico. Quatro anos mais tarde seguiu para França e, dali, para a Argélia, onde estudou Sociologia e foi um dos fundadores do Centro de Estudos Angolanos.

Ao findar a década de 60 foi chamado para a Frente de Cabinda tendo participado na guerrilha e pertencido ao Conselho Escolar da II Região. Em 1973 desempenhou o cargo de Secretário Permanente do Departamento de Educação, e no ano seguinte fez parte da primeira delegação do MPLA em Angola. Em 1975 foi nomeado Director do Departamento de Orientação Política e pertenceu ao Estado-Maior da Frente Centro durante a segunda guerra de libertação. Ocupou o cargo de vice-ministro da Educação.

Pertence à Comissão Directiva da União dos Escritores Angolanos, onde ocupa o cargo de Secretário das Relações Públicas.

comunicação e expressão cultural. Os alfabetos criados referiam-se às línguas nacionais de Kikongo, Kimbundo, Umbundo, M'Bunda, Cokw e Kwanyama.

Falámos com Pepetela neste facto, citámos o crioulo, a oralidade na escrita de Luandino, de Uanhenga Xitu e de outros, de uma linguagem que se procura, da recuperação de formas orais polissemânticas, próprias das zonas de confluência crioula. Falámos do recurso, muitas vezes, a mitologia (a do wonderland) etc.

Pepetela é um homem calmo, de expressão meditativa, um homem novo, temperado, no entanto, pela luta e pela experiência.

Disse-nos:

**Nos escritores angolanos, de certo modo, é fenómeno corrente o recurso à língua falada, sobretudo na cidade**

## MAYOMBE

«(...) É, porém Mayombe (1979) o romance de Pepetela, que melhor cumpre a promessa de inovação.

(...) As personagens alegóricas, embora tridimensionais na sua deliciação psicológica, aumentam a tensão interna do romance, dissipando as posturas unidimensionais que caracterizam as personagens da literatura de circunstância convencional. Ao questionar as motivações ideológicas dos vários combatentes, o autor aprofunda a psicologia de guerra com base nas origens de classe e circunstâncias pessoais. A consciência crítica do autor, traduzida na autocritica dos narradores sucessivos, revela temores, dúvidas e hesitações por parte dos combatentes teoricamente imbuídos de uma determinação dentro da causa justa.

(...) Além do mais, ao encarar a guerra segundo a perspectiva de uma consciência crítica, o objectivo estético consegue justificar aquilo que deve ser justificado de uma maneira mais eficaz e poderosa do que uma obra circunstancial construída em torno de uma mensagem m» — Russel G. Hamilton.

de Luanda. De maneira que é normal que haja uma certa recuperação de formas provenientes das línguas nacionais, em particular um Umbundo e do Kimbundo. E isto sugere um problema: todos os dias nascem palavras e morrem palavras, derivadas ou não do Kimbundo. Por vezes é difícil saber quais as que irão permanecer. Regra geral todos nós, escritores angolanos, mais uns do que outros, as utilizamos pois todos nós estamos marcados, como é evidente, pela linguagem oral.

Parece-me enriquecedor essa aquisição de novos termos no plano expressional, de vocábulos e estilemas que traduzem a identificação de um povo e da sua cultura. Das palavras que ficam, das palavras que morrem...

Sim, há palavras que aparecem e desaparecem, o que é de facto curioso. Luandino terá sido um dos grandes introdutores na literatura da linguagem oral?...

# PEPETELA

Eu diria que o primeiro terá sido Viveuriato da Cruz, foi ele quem abriu o caminho, e quem o desenvolveu foi o Luandino. Eu tenho, digamos, uma linguagem um pouco mais simples. Até porque eu, a excepção destes últimos anos, nunca vivi em Luanda. Portanto não tenho influência nem conhecimento do kimbundo.

Terei lido, não posso precisar onde, que grande parte dos escritores angolanos tem influências de António Cardoso.

Isso não me parece correcto, até porque se nos virmos, historicamente o primeiro grande movimento que surgiu na literatura angolana moderna foi o da «Mensagem», aí por volta dos anos 50, finais de 40. Dele fizeram parte Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, Tomás Jorge e outros. Esta geração da «Mensagem», sim, marcou decisivamente toda a literatura angolana posterior. Depois surgiu outro movimento que vem na continuação da Mensagem, e do jornal «Cultura», da Sociedade Cultural de Angola. E aí que aparece António Cardoso, mas penso que não era o seu elemento mais representativo, basta recordar que da geração «Cultura» faz parte Luandino Vieira.

Diz-se que as línguas africanas de Angola — afirma-o Russel Hamilton — particularmente o kimbundo e o umbundo deixaram marcas no léxico, sintaxe e fonética do português falado no Brasil. Como faz parte da delegação angolana que está no congresso onde se discute Língua Portuguesa, este assunto já foi ou vai ser abordado?

No congresso, que eu saiba, não se discutirá a influência do kimbundo e do umbundo do Português falado no Brasil. Pelo menos todas as comunicações que foram apresentadas ou que vão ser apresentadas não mencionam isso. Poderá haver uma discussão, digamos, paralela que possa surgir. Mas de facto existe, na minha opinião, entre os brasileiros uma influência de línguas angolanas. É todo um estudo que é preciso fazer-se e creio, que eu saiba, que no Brasil pouco foi feito sobre isso.

Será possível traçar uma linha divisória nítida entre uma literatura sobre Angola e uma literatura de Angola?

Já sabemos que a literatura de Angola não é um ramo da literatura portuguesa, e isto parece-me ser evidente, embora, fazendo-o nos seus próprios termos, exprima valores de uma estética ocidental. Sabemos que a pesquisa da palavra não pára, que há o mergulhar nas tradições africanas, etc., etc.

Perguntava-me antes se haveria uma literatura autenticamente angolana. Para já devo dizer que, para mim, pessoalmente, a palavra autenticamente, tem uma certa carga no contexto africano, na medida que em nome da autenticidade há pelo menos um país africano que obriga os seus cidadãos a mudar de nome, a ficar com nomes africanos, mas continua a manter a dominação dos monopólios. Tenho, portanto, uma certa reserva no que respeita ao termo. Mas compreendo a sua ideia. Claro que existe uma literatura angolana. É possível estabelecer uma linha de demarcação — se recuar-

mos no tempo — entre uma literatura, digamos, sobre Angola e uma literatura angolana. Até pela própria posição dos escritores. A partir de certa altura a demarcação será mais ou me-

«Mil vezes os morcegos atacaram. Mil vezes os corvos atacaram. Na planície, nos vales, na montanha, as garras e bicos assassinos transformavam-se em garras e bicos criadores de vida.

Os corvos recuavam e atacavam. E recuavam. Pedra a pedra, os morcegos avançavam. E os corvos eram cada vez menos numerosos e os morcegos cada vez melhor armados.

«O fim aproximava-se e a verdade era inevitável.»

Pepetela, in «Muana Puó»

nos fácil, embora nunca seja absoluta, nítida, porque haverá evidentemente casos de transição. A maior parte dos escritores que escreviam sobre Angola e que de facto não eram angolanos fizeram a sua opção depois. Isto facilita um futuro historiador da literatura angolana. Há sim, certos casos que são provavelmente até polémicos...

(Recordo aqui, talvez a propósito, Castro Soromenho e estas palavras de Costa Andrade: «(...) o uso perfeito da Língua Portuguesa em Soromenho não portugaliza a temática, o

## ALGUMAS OBRAS DE PEPETELA

- \* As Aventuras de Ngunga — 1.ª edição, 1076; 2.ª edição (livro de bolso 50 000 exemplares) 1977; 3.ª edição (livro de bolso 20 000 exemplares) 1978. Em 1973, no Leste de Angola, foi feita uma tiragem policopiada de 500 exemplares, divulgada pelos serviços de Cultura do MPLA. Tradução russa, Edições Progresso, Moscovo, 1978.
- Em preparação (naturalmente já saídas) uma tradução inglesa e outra romena.
- \* A Corda — Peça de Teatro escrita em 1976.
- \* Muana Puó — 1.ª Edição 1978.
- \* Mayombe — 1.ª Edição — Edições 70 — 2.ª edição Círculo de Leitores, 3.ª Edição ainda do Círculo de Leitores... A Revolta da Casa dos Idolos — Peça de teatro, 1.ª edição 1980.

conteúdo ou a mensagem, sequer a conclusão sociopolítica. Soromenho (...) climatiza, ideológica e universaliza o choque que gerou a Angolaniidade...».

(Continua na pág. seguinte)

# PEPETELA

(Continuação da pág. anterior)

E recorro igualmente palavras do próprio Pepetela: «... não há, não pode haver, a criação de um país verdadeiramente independente sem uma literatura nacional própria...»).

Ora como essa literatura existe, e dia a dia mais se afirma, na riqueza da sua poesia e dos seus prosadores, daqui o natural à-vontade das nossas perguntas.

No passado os poemas e contos dos escritores angolanos inseriam-se no processo da redescoberta de uma realidade social e cultural. Hoje surgiram novas formas e conteúdos, porque há estruturas nacionais em construção. Acha que a presente literatura angolana se livrou das múltiplas ambivalências e transformações que lhe legaram uma herança?

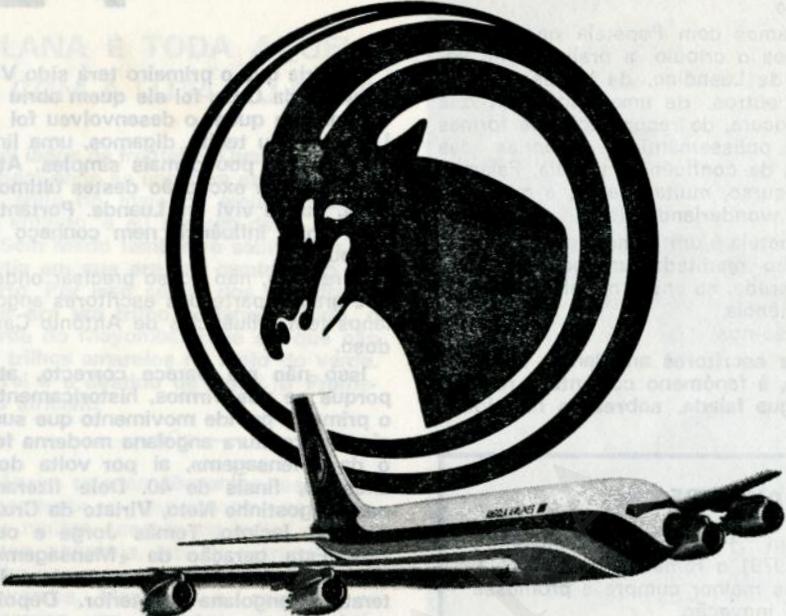
É preciso saber que Angola é, neste momento, um país em formação económica e social. É um projecto de sociedade futura ainda não consolidado. A agravar esta situação uma certa mutabilidade, uma certa complexidade até a nível do próprio comportamento sobre as estruturas. Há toda uma encruzilhada de influências, e não podemos esquecer a influência da cultura portuguesa, da cultura brasileira, e a influência das diferentes culturas próprias, africanas, de maneira que será difícil dizer o que é ou não angolano. E Angola é este cadinho todo. Talvez com uma diferença, que é a diferença entre o campo e a cidade. Uma cidade muito mais influenciada por elementos culturais europeus, um campo menos influenciado, mas também influenciado. E tudo isto se repercute na literatura.

Nesta sociedade em mutação, extremamente rica, extremamente complexa, parece-me que se poderá definir literatura angolana como aquela que procurará estudar, retratar esta realidade angolana por dentro, e a literatura sobre Angola. Penso que será esta a única hipótese. Este «por dentro» parece-me que é a identificação do escritor com a luta do povo e do compreender e sentir a psicologia dos comportamentos das pessoas. Talvez daqui a dois ou três anos se considere que os actuais escritores angolanos eram pré-históricos.

É um risco de qualquer escritor...

Enfim, penso que se poderá falar já hoje de uma literatura angolana de facto, na medida em que há esta preocupação de estudar e de escrever sobre a realidade angolana, por dentro. Embora possa ser ainda muito limitada a cidade. Há muito pouca coisa sobre o campo, por exemplo, e mesmo em relação aos temas não há uma grande diversidade. Mas isto vem com o tempo. Sobre a realidade actual existe ainda pouca coisa. Por um lado, grande parte dos escritores, incluindo os conhecidos, tem outras funções, tem pouco tempo, pouca disponibilidade para escrever, por outro lado, exactamente porque a realidade é muito movida, não é muito fácil tratar no imediato o que nela é essencial.

(...)



# linhas aéreas de angola

**TAP** DELEGAÇÃO EM PORTUGAL  
 Av. da Liberdade, 259 - 1º 1200 LISBOA - Tels. 57 58 99 / 57 59 18 - Telex: 18475  
 Passagens e Reservas | Aeroporto de Lisboa  
 Av. da Liberdade, 259/loja | Serviço Escala/Carga  
 Telef. 53 18 25 - 57 58 99 | Sala 452-2º - Tel. 89 61 73 - 80 35 33

**ASSOCIAÇÃO AMIZADE**  
**PORTUGAL - REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA**  
 CONTACTE MAIS UM SÓCIO | CONTAMOS CONSIGO

# RUTH NETO em Portugal

Em meados de Dezembro do passado ano esteve no nosso país a Camarada Ruth Neto, membro do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e Secretária-Geral da OMA-Organização da Mulher Angolana. A Camarada Ruth Neto chefiou a Delegação que participou, no Porto, no X Congresso do Partido Comunista Português.

Pela sua importância transcrevemos um extracto da intervenção que aí proferiu:

«Com o fim de justificar e preservar os seus privilégios egoístas o imperialismo não só utiliza a sua máquina de propaganda para difundir toda uma filosofia profundamente racista e anacrónica como também, espezinhando as mais elementares normas do direito internacional consignadas nas Cartas da O.N.U. e da O.U.A., se serve dos seus potentes meios bélicos para levar a cabo as mais descaradas agressões armadas e ingerências nos assuntos internos de países independentes e soberanos.

Imbuído dos mais primários sentimentos anticomunistas, o imperialismo desencadeou a mais repugnante e catastrófica corrida armamentista através da qual, infelizmente, pretende não só resolver a contradição que o opõe ao socialismo — que não cessa de se desenvolver — mas também impedir a consolidação no desenvolvimento das conquistas alcançadas pelos povos oprimidos, colocando deste modo a

humanidade inteira à beira do holocausto nuclear.

Tal como na América Latina, Médio Oriente, Europa e Ásia, os países e povos do continente africano vêem-se a enfrentar dificuldades cada vez maiores em virtude da política intervencionista das potências ocidentais que, encabeçadas pelo imperialismo dos EUA decidiram colocar-nos na mira dos seus canhões.

Na sua acção contra os povos africanos, o imperialismo concentrou na África Austral todo o seu potencial utilizando o seu gendarme mais dócil, o hediondo regime racista de Pretória que diariamente comete as mais bárbaras agressões contra os países da Linha da Frente — rectaguarda segura dos Movimentos de Libertação da Namíbia e da África do Sul — e muito particularmente contra a República Popular de Angola, onde ocupam uma parte considerável da província do Cunene.

Tais agressões visam não apenas fazer-nos recuar do indefectível apoio que o nosso povo, Partido e Governo brindam à justa luta dos povos Namibiano e Sul-Africano conduzidos respectivamente pela SWAPO e pelo ANC — mas igualmente desestabilizar económica, política e socialmente a República Popular de Angola com o fim de, em vão, impedir a materialização da opção livremente feita pelo nosso povo, rumo à edificação da sociedade socialista.

É perseguindo tais objectivos



nefastos que o regime racista da África do Sul persiste na ocupação ilegal da Namíbia e utiliza impunemente as mais descaradas manobras visando retardar a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da O.N.U. — única base internacionalmente aceite para a solução justa e pacífica do problema namibiano.

Reiterando o nosso indefectível apoio militante ao único e legítimo representante do povo namibiano a SWAPO, e ao ANC, vanguarda revolucionária do povo oprimido da África do Sul, ao reafirmarmos os princípios consignados na declaração conjunta angola-cubana de 4 de Fevereiro de 1982 permitam-nos que renovemos a nossa mais veemente condenação à hedionda política de «Linkage», arquitectada pelos círculos mais reaccionários da administração Reagan e, desta tribuna, reiteremos as nossas firmes posições de princípio anunciadas publicamente pelo querido camarada José Eduardo dos Santos perante o Secretário Geral da O. N. U.»

## Um abraço fraterno do povo angolano

(Continuação da pág. 3)

pre a razão e o direito dos povos a disporem por si próprios.

É necessário que o imperialismo internacional cesse as suas manobras dilatórias em relação ao problema da ascensão à independência da Namíbia, nomeadamente na cega política de «Linkage», para a rápida implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, esmagadoramente aceite pela maioria da comunidade internacional, excepto os 5 países ocidentais.

Será também necessário que toda a comunidade internacional, condene com veemência, todos

os actos bárbaros perpetrados pela racista África do Sul, contra os Estados da Linha da Frente, principalmente Angola, Moçambique e Lesoto, países esses que são o suporte político militar dos movimentos de libertação, a SWAPO e ANC, que combatem nos seus países ainda ocupados este hediondo sistema, pela sua total independência e liberdade.

Como organização de solidariedade e amizade que somos, queremos reiterar o nosso apoio solidário ao povo da Namíbia e da África do Sul, guiados pelas suas vanguardas, a SWAPO e o ANC.

Pergunta: *Perante as dificuldades vividas pelo povo irmão de Angola o povo português tem demonstrado a sua inequívoca solidariedade...*

M. B.: Agradecendo a solidariedade efectiva que o povo Português tem prestado aos Angolanos, vítimas das agressões racistas quero desejar que a amizade e a solidariedade entre os povos Português e Angolano se desenvolvam cada vez mais.

Entrevista concedida em 11-11-83



**VESPER**  
**Importação e Exportação**  
Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U. E. E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U. E. E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U. E. E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

**Comércio Geral de  
Importação e Exportação  
Representações, Serviços,  
Actividades Conexas e  
Agências de Empresas  
Nacionais e Estrangeiras**

**VESPER**

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 / 73 13 23 / 73 14 23

Telex 43446 VESPER P

43688 VESPER P

